

# CONTRATO DE EMPREITADA N.º 40/22

EMPREITADA DE INTERVENÇÕES DIVERSAS NO CORACO - PARQUE DOS BICHOS, NA
PAIÃ- ANO 2022- PONTINHA
ENTRE:
PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE ODIVELAS, pessoa coletiva de direito público com o número 504
293 125, com sede na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372
Odivelas, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Hugo Manuel dos Santos
Martins, com domicílio profissional na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
2675-372 Odivelas, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2, do artigo
35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual
E
SEGUNDA: PROJETO (10) - Construído Unipessoal, LDA, com sede na Rua Principal, n.º
51, Alfeiria, 2565-114 Carvoeira e Carmões, Torres Vedras, matriculada na Conservatória do
Registo Comercial, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva,
513 579 303, com o capital social da importância de 1.000,00 euros, titular do alvará de
empreiteiro de obras públicas com o número 88701-PUB, emitido pelo Instituto dos Mercados
Públicos do Imobiliário e da Construção, inscrita desde 11 de junho de 2018, neste ato
representada por a titular do cartão de cidadão com o número de
identificação civil válido até na qualidade de
representante legal da mencionada sociedade, conforme aferido através da consulta on-line
da certidão permanente, com o código de acesso subscrita em
de



procedimento por **Consulta Prévia**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a alínea c) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado CCP, o qual se rege pelas cláusulas seguintes:

#### Cláusula Primeira

# (Objeto do contrato)

O presente contrato tem por objeto a empreitada de intervenções diversas no CORACO-Parque dos Bichos – Paiã - Ano 2022- Pontinha. ------

## Cláusula Segunda

# (Ato de adjudicação e aprovação da minuta)

A adjudicação da empreitada objeto do presente contrato e a respetiva minuta foram aprovadas em 22 de agosto de 2022, por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Edgar S. Valles, no uso de competência delegada através dos Despachos números 44/PRES/2021, de 22 de outubro e 32/PRES/2022, de 17 de agosto. ----

#### Cláusula Terceira

### (Preço Contratual e Classificação Orçamental)

#### Cláusula Quarta

#### (Prazo e duração contratual)

O prazo de execução da obra é de 30 (trinta) dias, contados desde a data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial, ou da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde, caso esta última seja



posterior
Cláusula Quinta
(Caução)
A execução da obra será garantida pela retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar
de acordo com o estipulado no ponto 13 do convite e informado pela segunda contraente em
08 de setembro de 2022
Cláusula Sexta
(Revisão de Preços)
1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de
obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada
nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto, na modalidade de
Fórmula
2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula:
Ct = 0,42 St/ So + 0,01 M02t/ M02o + 0,02 M03t/ M03o + 0,04 M20t/ M20o + 0,02 M22t/ M22o
+ 0,03 M32t/ M32o + 0,08 M45t/ M45o + 0,12 M54t/ M54o+ 0,09 M55t/ M55o + 0,07 Et/ Eo +
0,10
3. Os índices ponderados dos materiais e salários a considerar serão publicados,
periodicamente, no Diário da República (IIª SÉRIE)
4. Os cálculos das revisões de preços deverão ser elaborados pelo Adjudicatário, com base
nos Autos de Medição e Plano de Pagamentos, sendo devidos após a apresentação dos
mesmos nos termos do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Cláusula Sétima
(Gestor do Contrato)
1. Nos termos do artigo 290.º - A, do CCP, fica designada gestor do presente contrato o Dr.
Carlos Alexandre Bragado Lérias
2. Nos termos do n.º 4 do artigo 290.º- A do CCP, são delegados, no gestor designado, os



poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas. -----Cláusula Oitava (Elementos contratuais) 1. Fazem parte integrante do presente contrato os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º 2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada segundo a ordem pela qual são indicados no referido preceito legal. -----3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pela Segunda contraente nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código. -----Cláusula Nona (Lei Aplicável) No omisso, serão aplicadas as normas reguladoras do CCP. -----Cláusula Décima (Foro Competente) Para resolução de todos os litígios decorrentes do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer Arquivo: ----a) Cópia da Certidão permanente, com o código de acesso 4365-0266-6163, subscrita em 28 de julho de 2016 e válida até 13 de outubro de 2022. ----b) Cópia da Declaração emitida, em 12 de setembro de 2022, pela Segurança Social – Centro Distrital de Lisboa, comprovativa da situação contributiva da segunda contraente. ----c) Cópia da Certidão emitida, em 12 de setembro de 2022, pelo Serviço de Finanças de Torres Vedras, comprovativa da situação tributária da segunda contraente; ------



d) Cópia do Certificado de Empreiteiro de Obras Públicas com o número 88701-PUB, emitido
pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção;
<ul> <li>e) Cópia dos Certificados de Registo Criminal emitidos pelo Ministério da Justiça – Direção</li> </ul>
Geral da Administração da Justiça e válidos até 11 de dezembro de 2022, comprovativos de
que o titular dos órgãos sociais da segunda contraente e a segunda contraente não se
encontram nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos
Públicos;
f) Cópia do RCBE
- Para constar se lavrou o presente contrato num exemplar, que vai ser assinado por certificado
de assinatura digital, pelos contraentes e por mim, Lina Maria Palma do Nascimento,
Licenciada em Administração Regional e Autárquica, designada Oficial Público, conforme
despacho de designação número 55/PRES/2021, proferido pelo Presidente da Câmara
Municipal de Odivelas, em 22 de outubro de 2021, nos termos do artigo 35.º do Anexo I da Lei
n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação
- Depois de assinado e aposto o número da fatura/recibo respetiva, será extraída cópia para
cada um dos contraentes
Odivelas, 22 de setembro de 2022

/

Assinado de forma digital por Hugo Manuel dos Santos Martins Dn: c=PT, title=Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, o=Município de Odivelas, sn=dos Santos Martins, givenName=Hugo Manuel, cn=Hugo Manuel dos Santos Martins Dados: 2022.09.27 11:49:12+01'00'

Assinado por: **ANTÓNIO SANTOS BRÁS** Num. de Identificação: 09924319 Data: 2022.09.26 12:22:44+01'00'





Lina Maria Palma Assinado de forma digital por Lina Maria Palma do Nascimento DN: c=PT, title=Oficial Público do Município de Odivelas, on=Município de Odivelas, on=Palma do Nascimento, givenName=Lina Maria, cn=Lina Maria Palma do Nascimento Dados: 2022.09.22 17:24:12 +01'00'

Conta: Pago por meio da fatura/recibo n.º.1.3.829./2022.

